



CONSULTA PRÉVIA N.º 10/2025

“REABILITAÇÃO DO MERCADO DO LUMIAR”

CADERNO DE ENCARGOS

Aprovado pela Junta de Freguesia
em reunião de 18/03/2025

O Presidente da Junta de Freguesia,

Índice

PARTE I	5
CLÁUSULAS LEGAIS	5
CAPÍTULO I	5
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
CLÁUSULA 1. ^a	5
OBJETO	5
CLÁUSULA 2. ^a	5
CONTRATO	5
CLÁUSULA 3. ^a	6
PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA	6
CLÁUSULA 4. ^a	6
LOCAL DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA	6
CLÁUSULA 5. ^a	6
ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS	6
CLÁUSULA 6. ^a	7
PROJETO DE EXECUÇÃO	7
CLÁUSULA 7. ^a	7
PREÇO BASE E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FATURAÇÃO	7
CAPÍTULO II	8
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DAS PARTES	8
CLÁUSULA 8. ^a	8
OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO	8
CLÁUSULA 9. ^a	10
PESSOAL	10
CLÁUSULA 10. ^a	10
DEVER DE SIGILO.....	10
CLÁUSULA 11. ^a	11
PRAZO DO DEVER DE SIGILO	11
CLÁUSULA 12. ^a	11
OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	11
CLÁUSULA 13. ^a	12
PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS	12
CLÁUSULA 14. ^a	12
PLANO DE TRABALHOS DE REABILITAÇÃO A REALIZAR	12
CLÁUSULA 15. ^a	12
CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHOS.....	12
CLÁUSULA 16. ^a	13
ATRASO NA EXECUÇÃO DA OBRA.....	13
CLÁUSULA 17. ^a	13
ATOS E DIREITOS DE TERCEIROS	13
CAPÍTULO III	14
ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	14
CLÁUSULA 18. ^a	14
ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	14

CLÁUSULA 19. ^a	14
REPRESENTAÇÃO DO EMPREITEIRO	14
CLÁUSULA 20. ^a	15
CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DO ADJUDICATÁRIO	15
CLÁUSULA 21. ^a	15
SUBEMPREITADAS	15
CAPÍTULO IV	17
DEFEITOS DA OBRA E DEMAIS CONSEQUÊNCIAS	17
CLÁUSULA 22. ^a	17
DEFEITOS DA OBRA	17
CLÁUSULA 23. ^a	18
RECEÇÃO PROVISÓRIA	18
CLÁUSULA 24. ^a	19
AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA	19
CAPÍTULO V	20
SANÇÕES PECUNIÁRIAS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	20
CLÁUSULA 25. ^a	20
SANÇÕES CONTRATUAIS	20
CLÁUSULA 26. ^a	21
SANÇÕES CONTRATUAIS EM CASO DE FORÇA MAIOR	21
CLÁUSULA 27. ^a	22
RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO DONO DA OBRA	22
CLÁUSULA 28. ^a	22
RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO EMPREITEIRO	22
CAPÍTULO V	22
CAUÇÃO, SEGURO E GARANTIA	22
CLÁUSULA 29. ^a	22
CAUÇÃO E RETENÇÃO	22
CLÁUSULA 30. ^a	23
LIBERAÇÃO DA RETENÇÃO	23
CLÁUSULA 31. ^a	23
SEGUROS	23
CLÁUSULA 32. ^a	24
PRAZO DE GARANTIA	24
CLÁUSULA 33. ^a	25
RECEÇÃO DEFINITIVA	25
CAPÍTULO VI	26
TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS	26
CLÁUSULA 34. ^a	26
TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	26
CLÁUSULA 35. ^a	28
ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE	28
CAPÍTULO VII	28
DISPOSIÇÕES FINAIS	28

CLÁUSULA 36. ^a	28
DEVERES DE INFORMAÇÃO	28
CLÁUSULA 37. ^a	28
DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	28
CLÁUSULA 38. ^a	29
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	29
CLÁUSULA 39. ^a	29
CONTAGEM DOS PRAZOS	29
CLÁUSULA 40. ^a	30
FORO COMPETENTE	30
CLÁUSULA 41. ^a	30
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	30
PARTE II	31
CLÁUSULAS TÉCNICAS	31
ANEXO I	33
MAPA DE QUANTIDADES DE TRABALHO	33

PARTE I
CLÁUSULAS LEGAIS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por Consulta Prévia, ao abrigo do n.º 1 do artigo 112.º do Código dos Contratos Públicos com remissão para a alínea c) do artigo 19.º do referido Diploma Legal, que tem por objeto a **reabilitação do Mercado do Lumiar, pelo período previsível de 105 (cento e cinco) dias corridos.**
2. A presente aquisição de serviços será cabimentada em 2025, sendo o Código CPV (*Common Procurement Vocabulary*) 45262690-4 – Restauração de Edifícios Degradados.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos e Convite à apresentação de proposta;
 - c) O presente Caderno de Encargos e o Convite à apresentação de proposta;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
4. Os ajustamentos propostos pela Entidade Adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do

CCP e aceites pelo Adjudicatário os nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

5. Além dos documentos indicados no n.º 1, o Adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

6. Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o CCP e demais legislação portuguesa aplicável.

Cláusula 3.ª

Prazo de Execução da Empreitada

1. O contrato de empreitada, objeto do presente procedimento, terá o prazo de execução previsível de **105 (cento e cinco) dias corridos**, com início 10 (dez) dias após a celebração do contrato.

2. O prazo apenas poderá ser prorrogado por iniciativa da Entidade Adjudicante ou a requerimento do Adjudicatário, devidamente fundamentado, mediante aprovação daquela.

Cláusula 4.ª

Local de Execução da Empreitada

A execução da Empreitada decorrerá no Mercado do Lumiar sito na Alameda das Linhas de Torres, 1750-139 Lisboa.

Cláusula 5.ª

Esclarecimento de dúvidas

1. As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes de iniciar os trabalhos correspondentes.

2. No caso de as dúvidas surgirem apenas após o início da execução dos trabalhos correspondentes, o empreiteiro deve submetê-las de imediato ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

Cláusula 6.^a

Projeto de execução

1. O projeto de execução a ser considerado para a realização da empreitada é o apresentado no âmbito do presente procedimento.
2. A elaboração do projeto de execução obedece aos requisitos constantes do artigo 43.º do CCP.
3. Até à data da receção provisória, o empreiteiro entrega ao dono da obra as telas finais e todos os elementos e informações necessárias à elaboração da compilação técnica.

Cláusula 7.^a

Preço base e Condições de pagamento e faturação

1. O preço base do presente procedimento é de **€ 149.990,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal.
2. O Adjudicatário deverá emitir as faturas eletrónicas, após a aprovação pela fiscalização, dos autos de medição da obra, que serão elaborados quinzenalmente, onde se quantificam e valorizam os trabalhos realizados, de acordo com os mapas de quantidades, sendo estas pagas mediante transferência bancária, de acordo com os dados a fornecer, nomeadamente:
 - a) Designação da Instituição Bancária;
 - b) Designação exata do titular da conta;
 - c) Número de identificação bancária (IBAN).
3. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da receção da devida fatura e deverá observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP e legislação conexas, devendo da mesma constar o máximo dos seguintes elementos: a referência do contrato, o número de compromisso, os números das notas de encomenda (ou outro documento equivalente) e das guias de remessa a que dizem respeito.
4. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores ou quantidades indicadas nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.
5. As faturas eletrónicas a emitir pelo Adjudicatário deverão ser enviadas para o correio eletrónico info@jf-lumiar.pt.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Entidade Adjudicante não será objeto de qualquer cobrança adicional.

7. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
8. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente Caderno de Encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.
9. As faturas deverão conter obrigatoriamente as seguintes informações:
 - a) Designação e endereço do Adjudicatário;
 - b) Data e número da fatura;
 - c) A referência e designação do procedimento;
 - d) O preço antes e depois de todos os impostos;
 - e) A taxa e valor do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA).
10. As faturas que não cumpram estes requisitos serão devolvidas.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DAS PARTES

Cláusula 8.^a

Obrigações gerais do Adjudicatário

1. Nos termos do contrato a celebrar, o Adjudicatário obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Prestar os serviços em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
 - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
 - c) Fornecer todos os materiais diversos inerentes à montagem da instalação, tais como: abraçadeiras de fivela, parafusos, buchas, buçins, terminais, ligadores, etc.

- d) Garantir os serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
 - e) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato;
 - f) Comunicar à Entidade Adjudicante, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução da empreitada objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - g) Não alterar as condições da execução da empreitada fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - h) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela Entidade Adjudicante;
 - i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
 - j) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
 - k) Cooperar com a Entidade Adjudicante, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Adjudicatário em representação da Entidade Adjudicante;
 - ii. Quando a Entidade Adjudicante deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou Entidade Administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.
- 3.** O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos CCP, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável
- 4.** A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado a comunicar à Entidade Adjudicante qualquer circunstância que lhe seja alheia e que possa prejudicar o normal cumprimento do contrato.

Cláusula 9.^a

Pessoal

1. São da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina
2. O Adjudicatário fica responsável pelo cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e as condições de trabalho do pessoal, nos termos da legislação aplicável, designadamente no que respeita ao seguro para cobertura de riscos e acidentes de trabalho, doenças profissionais e no que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho.
3. O Adjudicatário fica, ainda, responsável pela disciplina e aptidão profissional, bem como pela reparação de prejuízos por ele causados nas instalações, equipamentos e materiais da entidade adjudicante ou de terceiros.
4. O Adjudicatário obriga-se a cumprir todas as obrigações laborais gerais e específicas a que se encontre vinculado.
5. O Adjudicatário obriga-se a ter patente no local dos trabalhos o horário de trabalho em vigor.

Cláusula 10.^a

Dever de sigilo

1. O Adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
2. O Adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

5. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Entidade Adjudicante lhe indique para esse efeito.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa da Entidade Adjudicante, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
7. O Adjudicatário não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo da Entidade Adjudicante sem o consentimento prévio deste.

Cláusula 11.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.ª

Obrigações da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, a Entidade Adjudicante obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo.
2. Constituem ainda obrigações da Entidade Adjudicante:
 - a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o Adjudicatário, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
 - b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
 - c) Monitorizar a qualidade dos serviços prestados;
 - d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
 - e) Disponibilizar o acesso às instalações para a execução da empreitada;
 - f) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

Cláusula 13.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 14.^a

Plano de trabalhos de reabilitação a realizar

Os trabalhos de reabilitação a realizar, assim como os mapas de quantidades, estão discriminados na **Parte II – Cláusulas Técnicas e Anexo I** deste Caderno de Encargos.

Cláusula 15.^a

Cumprimento do plano de trabalhos

1. O empreiteiro informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.
2. Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.
3. No caso de o empreiteiro se atrasar injustificadamente na execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, colocando em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, poderá ser necessária a adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação, na medida do estritamente necessário.
4. Em caso de incumprimento das obrigações assumidas pelo empreiteiro ou de execução dos trabalhos por falta de qualidade, o dono de obra poderá exigir, em qualquer fase de execução dos trabalhos, uma correção dos mesmos, e se tal for considerado necessário por razões de ordem técnica, a suspensão dos mesmos.
5. A revisão e retificação dos trabalhos, considerados deficientes nos termos do número anterior,

são efetuadas por conta do empreiteiro.

Cláusula 16.^a

Atraso na execução da obra

1. Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ do preço contratual.
2. Em caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no número anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.
3. Se o atraso respeitar ao início da execução da empreitada, de acordo com o plano de trabalhos em vigor, aplicar-se-á ao empreiteiro a multa estabelecida no contrato, conforme previsto pelo n.º 1 do artigo 329.º do CCP, ou em caso de omissão, no presente Caderno de Encargos.
4. O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento de prazos parciais de execução da obra, quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do contrato.

Cláusula 17.^a

Atos e Direitos de terceiros

1. Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
2. No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

CAPÍTULO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 18.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP a execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo Gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante, José Morgado.
2. Caso o Gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, pode determinar ao Adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

Cláusula 19.^a

Representação do empreiteiro

1. Durante a execução do contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no Caderno de Encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico qualificado.
3. Após a assinatura do contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
4. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
5. O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.
6. O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser

fundamentada por escrito.

7. Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.

8. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Cláusula 20.^a

Cessão da posição contratual do Adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o Adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Entidade Adjudicante.

2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.

3. A Entidade Adjudicante deve pronunciar-se sobre a proposta do Adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4. Em caso de incumprimento pelo Adjudicatário que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pela Entidade Adjudicante, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.

5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato da Entidade Adjudicante, sendo eficaz a partir da data por este indicada

Cláusula 21.^a

Subempreitadas

1. A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Empreiteiro e só dele, salvo no caso de cessão parcial da posição contratual devidamente autorizada, não reconhecendo o dono da obra, senão para os efeitos indicados

expressamente na lei, a existência de quaisquer subempreiteiros que trabalhem por conta ou em combinação com o Adjudicatário.

2. A subcontratação é vedada:

- a) Às Entidades que não sejam titulares de alvará ou de título de registo emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., contendo as habilitações adequadas à execução da obra a subcontratar; ou
- b) Às Entidades nacionais de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio que, não sendo titulares do alvará ou do título de registo, não apresentem uma declaração, emitida pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., comprovativa de que podem executar as prestações objeto do contrato a celebrar por preencherem os requisitos que lhes permitiriam ser titular de um alvará ou de um título de registo, contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar.

3. O empreiteiro não pode subcontratar prestações contratuais de valor total superior a 75% do preço contratual, acrescido ou deduzido dos preços correspondentes aos trabalhos a mais ou a menos, aos trabalhos de suprimento de erros e omissões e à reposição do equilíbrio financeiro a que haja lugar no âmbito do contrato em causa.

4. O disposto no n.º 2 é igualmente aplicável aos contratos de subempreitada celebrados entre o subempreiteiro e um terceiro.

5. Todas as subempreitadas devem ser objeto de contrato escrito, a elaborar nos termos do disposto no artigo 384.º do CCP, dos quais devem constar necessariamente os seguintes elementos:

- a) A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitam para esse efeito;
- b) A identificação dos alvarás ou títulos de registo das partes;
- c) A descrição do objeto do subcontrato;
- d) O preço;
- e) A forma e o prazo de pagamento do preço;
- f) O prazo de execução das prestações objeto do subcontrato.

6. O empreiteiro deve assegurar e certificar-se do cumprimento do disposto no número anterior, não podendo, consequentemente, invocar a nulidade aí prevista.

7. O disposto no número anterior é igualmente aplicável aos contratos de subempreitada celebrados

entre o subempreiteiro e um terceiro.

8. Os empreiteiros, os subempreiteiros, assim como os terceiros são obrigados a manter em arquivo os contratos celebrados em que são intervenientes pelo período de cinco anos a contar da data da conclusão das obras.

9. As cópias dos contratos devem ser depositadas junto do dono da obra, previamente á celebração do contrato do qual emergem, ou previamente ao início dos trabalhos, consoante se trate de autorizações necessárias para apresentação a concurso ou de outras autorizações.

10. O empreiteiro tomará as providências indicadas pela fiscalização para que esta, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

CAPÍTULO IV

DEFEITOS DA OBRA E DEMAIS CONSEQUÊNCIAS

Cláusula 22.^a

Defeitos da obra

1. O auto que declare a não receção da obra, no todo ou em parte, em virtude de defeitos da obra detetados na vistoria é notificado ao empreiteiro, sendo-lhe concedido um prazo razoável para os corrigir.
2. O prazo fixado para correção de defeitos da obra que se revele necessária após a realização de vistoria, não começa a contar antes do decurso do prazo para apresentação de reclamação ou reservas pelo empreiteiro ou da decisão do dono da obra que sobre elas incida.
3. Se a correção dos defeitos ordenada não for executada no prazo fixado, o dono da obra pode optar pela execução dos referidos trabalhos, diretamente ou por intermédio de terceiro, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 2 a 4 do artigo 325.º do CCP.
4. Logo que os trabalhos de correção de defeitos estejam concluídos, haverá lugar a novo procedimento de receção provisória.

Cláusula 23.^a

Receção provisória

1. A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.
2. A vistoria é efetuada pelo dono da obra, com a colaboração do empreiteiro, e tem como finalidade, em relação à obra a receber, designadamente:
 - a) Verificar se todas as obrigações contratuais e legais do empreiteiro estão cumpridas de forma integral e perfeita;
 - b) Atestar a correta execução do plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável.
3. O dono da obra convoca, por escrito, o empreiteiro para a vistoria com a antecedência mínima de cinco dias e, no caso de este não comparecer nem justificar a falta, a vistoria tem lugar com a intervenção de 2 (duas) testemunhas, que também assinam o respetivo auto.
4. No caso a que se refere o número anterior, o auto é imediatamente notificado ao empreiteiro para os efeitos previstos nas cláusulas seguintes.
5. Quando a vistoria for solicitada pelo empreiteiro, o dono da obra deve realizá-la no prazo de 30 dias contados da data em que for notificado da referida solicitação, convocando o empreiteiro nos termos do número 3.
6. O não agendamento ou realização atempada, e sem motivo justificado, da vistoria por facto imputável ao dono da obra tem os efeitos previstos no direito civil para a mora do credor.
7. No caso previsto no número anterior, a obra considera-se tacitamente recebida se o dono da obra não agendar ou não proceder à vistoria no prazo de 30 (trinta) dias a contar do termo do prazo previsto no n.º 5, sem prejuízo das sanções a que haja lugar, nos termos da legislação aplicável, designadamente, quando o empreiteiro não executou corretamente o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição.
8. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
9. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 24.^a

Auto de Receção Provisória

1. Da vistoria é lavrado auto, assinado pelos intervenientes, que deve declarar se a obra está, no todo ou em parte, em condições de ser recebida.
2. O auto a que se refere o número anterior deve conter informação sobre:
 - a) O modo como se encontram cumpridas as obrigações contratuais e legais do empreiteiro, identificando, nomeadamente, os defeitos da obra;
 - b) O modo como foi executado o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável;
 - c) Quaisquer condições que o dono da obra julgue necessário impor, nos termos do CCP, bem como o prazo para o seu cumprimento.
3. Sem prejuízo de estipulação contratual que exclua a receção provisória parcial, se a obra estiver, no todo ou em parte, em condições de ser recebida, a assinatura do auto de receção nos termos do disposto nos pontos anteriores autoriza, no todo ou em parte, a abertura da obra ao uso público ou a sua entrada em funcionamento e implica, sendo caso disso, a sua transferência para o domínio público, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o empreiteiro.
4. Considera-se que a obra não está em condições de ser recebida se o dono da obra não atestar a correta execução do plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável, devendo tal condição ser declarada no auto de receção provisória.
5. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam, no todo ou em parte, a receção provisória da mesma, a especificação de tais defeitos no auto nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2, é acrescida da declaração de não receção da obra ou da parte da mesma que não estiver em condições de ser recebida e dos respetivos fundamentos.
6. Caso o dono da obra se recusar a assinar o auto, a obra não é recebida no todo ou em parte.
7. A recusa injustificada do dono da obra em assinar o auto de receção provisória na sequência da vistoria, tem os efeitos previstos no direito civil para a mora do credor.
8. Ainda que não tenha sido observado o disposto nos pontos anteriores, a obra considera-se tacitamente recebida sempre que a mesma seja afeta pelo dono da obra aos fins a que se destina, sem prejuízo da obrigação de garantia regulada na presente secção e das sanções a que haja lugar nos termos da legislação aplicável, designadamente, quando o empreiteiro não executou corretamente o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição.

CAPÍTULO V

SANÇÕES PECUNIÁRIAS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 25.ª

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações emergentes do contrato, e por causa imputável ao Adjudicatário, poderão ser aplicadas as seguintes sanções contratuais nos seguintes casos:

- a) Pelo incumprimento do prazo de execução da empreitada estipulado na cláusula 3.ª do presente Caderno de Encargos, por causa imputável ao Adjudicatário, a Entidade Adjudicante pode aplicar uma sanção de até 2,5% (dois e meio por cento) do valor de cada fase do serviço não prestado por cada dia de atraso;
- b) Pelo cumprimento defeituoso e/ou incumprimento, sem que seja reposto, no prazo de 2 (dois) a 4 (quatro) dias, ficará o Adjudicatário sujeito a uma sanção de 2,5% (dois e meio por cento) do preço contratual, por cada dia em falta.

2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% (vinte por cento) do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (vinte por cento) e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (trinta por cento).

3. Em caso de resolução do contrato, por incumprimento do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante, pode exigir-lhe uma sanção contratual de até aos limites indicados no número anterior.

4. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato ou danos excedentes.

Cláusula 26.^a

Sanções contratuais em caso de força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais

fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza a Entidade Adjudicante a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o Adjudicatário direito a qualquer indemnização.

Cláusula 27.^a

Resolução do contrato pelo dono da obra

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e de outros neste previstos e do direito de indemnização nos termos gerais, o dono da obra pode resolver o contrato nos casos previstos e expressos no n.º 1 do artigo 333.º e do n.º 1 do artigo 405.º, ambos do CCP.
2. Em caso de resolução, o dono da obra deve informar a Secretaria-Geral do Ministério da Economia e Emprego e o Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., e, no caso previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 405.º do CCP, a Autoridade para as Condições de Trabalho.
3. O Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., sendo o caso, dá conhecimento da resolução do contrato à entidade que comprova a inscrição na lista oficial de empreiteiros aprovados do país de que seja nacional ou no qual se situe o estabelecimento principal do empreiteiro.
4. O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação das sanções que se mostrem devidas nos termos da legislação que regula o exercício da atividade de construção.

Cláusula 28.^a

Resolução do contrato pelo empreiteiro

Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e de outros neste previstos, e do direito de indemnização nos termos gerais, o empreiteiro tem o direito de resolver o contrato nos casos consignados no artigo 406.º do CCP.

CAPÍTULO V

CAUÇÃO, SEGURO E GARANTIA

Cláusula 29.^a

Caução e retenção

1. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não será exigida prestação de caução.

2. A Entidade Adjudicante considera conveniente proceder à retenção de 10% (dez por cento) do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 30.^a

Liberação da retenção

Feita a receção definitiva de toda a obra, e tendo sido efetuada a vistoria, será restituída ao empreiteiro a quantias retida como garantia mencionada na cláusula anterior, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Cláusula 31.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura através de contratos de seguro de todos os riscos inerentes à execução do contrato.
2. O Adjudicatário obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho, de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
3. O Adjudicatário e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas não só neste Caderno de Encargos como na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.
4. Sempre que a Entidade Adjudicante ou o dono da obra entenderem necessário, poderão exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
5. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do Adjudicatário e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
6. Os seguros previstos no presente Caderno de Encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do Adjudicatário perante o dono da obra e perante a lei.

Cláusula 32.^a

Prazo de garantia

1. Na data da assinatura do auto de receção provisória inicia-se o prazo de garantia, durante o qual o empreiteiro está obrigado a corrigir todos os defeitos da obra.
2. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:
 - a) 10 (dez) anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
 - b) 5 (cinco) anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;
 - c) 2 (dois) anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis;
 - d) 1 (um) ano para pequenas reparações ou intervenções pontuais.
3. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.
4. Se, quanto aos bens referidos na alínea c) do número 2, o empreiteiro beneficiar de prazo de garantia superior ao previsto nesta cláusula face aos terceiros a quem os tenha adquirido, é esse o prazo de garantia a que fica vinculado.
5. Excetuam-se do disposto no número 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.
6. O empreiteiro tem a obrigação de corrigir, a expensas suas, todos os defeitos da obra e dos equipamentos nela integrados que sejam identificados até ao termo do prazo de garantia, entendendo-se como tais, designadamente, quaisquer desconformidades entre a obra executada e os equipamentos fornecidos ou integrados e o previsto no contrato.
7. Se os defeitos identificados não forem suscetíveis de correção, o dono da obra pode, sem custos adicionais, exigir ao empreiteiro que repita a execução da obra com defeito ou que substitua os equipamentos defeituosos, salvo se tal se revelar impossível ou constituir abuso de direito, nos termos gerais.
8. Sem prejuízo da opção pelo exercício do direito de resolução do contrato, não sendo corrigidos os defeitos nem cumprido o disposto no número anterior, ainda que se verifiquem os casos previstos

na sua parte final, o dono da obra pode exigir a redução do preço e tem direito de ser indemnizado nos termos gerais.

Cláusula 33.^a

Receção definitiva

1. Findo o período de garantia, há lugar, em relação à totalidade ou a cada uma das partes da obra, a nova vistoria para efeitos de receção definitiva da empreitada.
2. Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.
3. A receção definitiva é formalizada em auto.
4. A receção definitiva depende da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:
 - a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
 - b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.
5. O disposto no número anterior é aplicável, com as necessárias adaptações, aos casos de receção definitiva parcial.
6. No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.
7. Se, em consequência da vistoria prevista na presente cláusula, se verificar que existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro, apenas podem ser recebidas as obras que reúnam as condições enunciadas no número 4 e que sejam suscetíveis de receção parcial, procedendo o dono da obra, em relação às restantes, nos termos previstos no artigo 396.º do CCP.
8. São aplicáveis à vistoria e ao auto de receção definitiva, bem como à falta de agendamento ou realização da vistoria pelo dono da obra, os preceitos que regulam a receção provisória quanto às mesmas matérias.

9. O empreiteiro fica exonerado da responsabilidade pelos defeitos da obra que sejam verificados após a receção definitiva, salvo quando o dono da obra prove que os defeitos lhe são culposamente imputáveis.

CAPÍTULO VI

TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Cláusula 34.^a

Tratamento e Proteção de Dados Pessoais

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante esteja especialmente vinculada;
- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;

- e) Prestar à Entidade Adjudicante toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
 - f) Manter a Entidade Adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Adjudicatário e o referido colaborador;
 - h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
 - j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
 - k) Prestar a assistência necessária à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
 - l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD.
- 2.** O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus

trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.

3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º 1 do artigo 4.º do RGPD.
4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Adjudicatário é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, a Entidade Adjudicante.
5. O Adjudicatário deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.

Cláusula 35.^a

Encarregado de Proteção de dados da Entidade Adjudicante

Para os devidos efeitos, divulga-se o nome e o contacto do Encarregado de Proteção de Dados da Entidade Adjudicante: Paula Camacho, com o endereço eletrónico: epd@jf-lumiar.pt.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 36.^a

Deveres de informação

Cada uma das Partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

Cláusula 37.^a

Direitos de propriedade intelectual

1. Correm integralmente por conta do Adjudicatário os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos serviços objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos serviços, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos

de autor ou conexos.

2. Se a Entidade Adjudicante vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o Adjudicatário por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

3. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

4. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do Adjudicatário se este demonstrar que os mesmos são imputáveis à Entidade Adjudicante ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

Cláusula 38.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes, as mesmas devem ser dirigidas, de acordo com o previsto no artigo 469.º do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração de domicílio ou sede deve ser imediatamente comunicada à outra Parte.

Cláusula 39.^a

Contagem dos prazos

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 40.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 41.^a

Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Caderno de Encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

A. Devem considerar-se incluídos nos trabalhos a realizar o fornecimento de todos os materiais no local da obra, mão de obra, equipamentos, máquinas, trabalhos acessórios e complementares ou quaisquer atividades necessárias à boa execução e finalização da empreitada como sejam: trabalhos provisórios, cargas, transportes e descargas de todos os materiais/ produtos dentro da zona da obra e outros.

B. O controle de qualidade está incluído em todos os elementos da obra, trabalhos, materiais e outros.

C. Em todos os trabalhos, e no preço, devem considerar-se incluídas a execução de todos os trabalhos e implementação das medidas previstas no Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), incluindo a recolha, triagem (separação dos resíduos por tipologia de materiais), licenciamento, armazenamento temporário, assegurando igualmente que os RCD são mantidos na obra o menor tempo possível, bem como promoção da reutilização de materiais e a incorporação de reciclados de RCD na obra, ou nos casos que tal não seja possível o seu transporte e encaminhamento para operador de gestão licenciado, tendo em vista a sua posterior utilização, valorização ou eliminação por esta ordem de prioridade. Inclui ainda, todos os custos inerentes ao registo (SIRAPA), na Agência Portuguesa do Ambiente (APA), dos resíduos produzidos no âmbito da obra, bem como todas as taxas/custos relativas à sua gestão e tratamento nos destinos finais licenciados/autorizados (operadores ou depósitos). Inclui todas as cargas, transportes e descargas necessárias efetuar desde a origem até ao recetor final (operador ou depósito) licenciado.

D. Está incluída a elaboração do PSS (Plano de Segurança e Saúde em fase de obra) .

E. Em todos os trabalhos, e assim no seu preço, devem considerar-se incluídas todas as demais obrigações legais necessárias à boa finalização da empreitada como sejam: elaboração da Compilação Técnica da Obra (CTO) de acordo com o art. 16.º do DL 273/2003. Inclui a compilação dos

elementos constantes no projeto de execução e a elaboração dos outros elementos definidos no artigo. A CTO será entregue pelo Adjudicatário até à solicitação de Receção Provisória da obra.

F. As medições do presente Mapa de Trabalhos, foram efetuadas em Projeção Horizontal. O eventual sobrecusto que deriva das diferenças resultantes das inclinações, pendentes, declives ou outros deve ser adicionado ao preço unitário a propor pelos concorrentes. Não serão admitidos erros e omissões resultantes dos fatores acima descritos, de acordo com o descrito no Caderno de Encargos.

G. Execução de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro, satisfazendo as prescrições relativas à Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, trabalhos de restabelecimento de todas as servidões e serventias que sejam necessários executar, bem como de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste, em conformidade com a legislação em vigor, incluindo painel de identificação, vedação da obra, a implementação de medidas cautelares em proteção de cabos e condutas das várias concessionárias, a mobilização de equipamentos para execução dos trabalhos, limpeza final da obra nos limites de intervenção, com todos os trabalhos e materiais necessários.

ANEXO I
MAPA DE QUANTIDADES DE TRABALHO

EXTERIOR DO MERCADO

1. DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES

Pavimentos existentes

	Descrição	Un.	Total
1.1.1	Remoção do pavimento em rampa da zona da entrada, com vista à construção da escada e floreiras.	m ²	66,00
1.1.1.1	Decapagem de todas as estruturas metálicas exteriores, portas, itens de fachadas, asnas, pilares e pérgulas por jato abrasivo.	m ²	293,65
1.1.1.2	Remoção de todos os elementos " BIO" existentes nas paredes exteriores	vg	1,00
1.1.1.3	Remoção da grade existente na zona da rampa a demolir na entrada, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários ao perfeito acabamento da zona, de forma que fique igual ao existente, rebocos e pinturas.	vg	1,00

2. PAVIMENTOS E ESCADAS

	Descrição	Un.	Total
2.1	Execução de escadas na zona da entrada de acordo com o desenho arq-06.	m ²	30,00
2.1.1	Execução de floreiras em tijolo rebocado e pintado de acordo com o desenho arq-06.	m ²	17,00
2.1.2	Execução de drenagem das floreiras	vg	1,00
2.1.3	Fornecimento e montagem de deck de pavimento exterior formado por régua maciças de compósito (WPC) com fibras de madeira e polietileno de 20*127*2440 mm, uma face à vista com textura de madeira, fixadas com sistema de fixação oculta, sobre ripas de madeira de pinho, com classe de utilização 4, segundo EN 335 de 35*45 mm, fixadas através de buchas m ² metálicas expansivas e tira-fundos, a uma superfície suporte de betão a realizar. Inclui trabalhos e materiais necessários para de acordo com o projeto elétrico para a instalação de luminárias.	m ²	53,00
2.1.4	Fornecimento e montagem, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários à sua fixação, de grade metálica, tubos 30*30, metalizados, pintados à cor Branca de acordo com o desenho oarq-08.	m ²	7,23

3. PLANTAÇÕES

	Descrição	Un.	Total
3.1	Floreiras da entrada		
3.1.1	Fornecimento e colocação de terra vegetal em floreiras, incluindo transporte e espalhamento, à razão de 5 partes de terra e 1 de estrume, previamente misturado com adubo composto NKP à razão de 1:2:2, com 200g por cova. Na base será colocado 10 cm de cascalho e complementa-se	m ³	25,00

3.1.2	a superfície com casca de pinheiro. Fornecimento e sementeia de oliveiras com dimensão mínima de 1,00 metro.	un	2,00
-------	---	----	------

4. PINTURAS

	Descrição	Un.	Total
4.1	Execução de pintura de paredes exteriores rebocadas e pintadas, respeitando rigorosamente o esquema existente na forma e cores, com acabamento a camada de tinta plástica formulada numa emulsão 100/ acrílica, de acabamento mate tipo DYRUP, ref. ^a DYCRILFORCE 5700 ou similar nas cores existentes, incluindo prévia aplicação de primário do tipo DYRUP, ref. ^a DYRUFIX 37031 ou semelhante, bem como prévia preparação das superfícies, aplicação de isolante, aplicação de todos os produtos recomendados pelo fabricante para a correta execução deste trabalho e nas demãos necessárias, todos os trabalhos preparatórios, bem como montagem e desmontagem de meios de elevação. Tudo devidamente executado por pessoal especializado. Primário: Tipo: Dyrup, ref. ^a DYRUFIX ou equivalente, n.º demãos:1, Tinta: Tipo: DYRUP, ref. ^a DYCRILFORCE 5700 ou equivalente: 2 demãos.	m²	601,04
4.2	Execução de pintura de todos os elementos metálicas (portas, portões, portadas, pórtico, elementos decorativos em fachadas e estruturas) com acabamento a camada de esmalte formulada com base em resinas alquídicas, de acabamento mate, tipo DYRUP, ref. ^a DYRULAC, na cor existente (cinza/ amarelo), incluindo prévia aplicação de primário do tipo DYRUP, ref. ^a DYRUP 1490 (primário para ferro), bem como prévia preparação das superfícies, aplicação de isolante, aplicação de todos os produtos recomendados pelo fabricante, eliminação de ferrugens e outros elementos patológicos, todos os trabalhos preparatórios, bem como montagem e desmontagem de meios de elevação. Tudo devidamente executado por pessoal especializado. Uma demão de primário e duas a três demãos de tinta.	vg	455,13
4.3	Execução de pintura de portas metálicas com acabamento a camada de esmalte formulada com base em resinas alquídicas, de acabamento mate, tipo DYRUP, ref. ^a DYRULAC, na cor existente (branco), incluindo prévia aplicação de primário do tipo DYRUP, ref. ^a DYRUP 1490 (primário para ferro), bem como prévia preparação das superfícies, aplicação de isolante, aplicação de todos os produtos recomendados pelo fabricante, eliminação de ferrugens e outros elementos patológicos, todos os trabalhos preparatórios, bem como montagem e desmontagem de meios de elevação. Tudo devidamente executado por pessoal especializado. Uma demão de primário e duas a três demãos de tinta.	m²	161,49
4.4	Execução de pintura de painel decorativo de acordo com o desenho arq-08, com direitos de autor na zona da entrada, vão esquerdo.	m²	47,62

5. OUTROS TRABALHOS EXTERIORES DE CONSTRUÇÃO CIVIL

	Descrição	Un.	Total
5.1	Placa de inauguração conforme desenho a fornecer.	vg	1,00
5.2	Revisão da cobertura e isolamento com mastik das juntas dos painéis de passagem de luz na zona técnica.	vg	1,00

INTERIOR DO MERCADO

6. DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES

	Descrição	Un.	Total
6.1	Demolição da zona central sobrelevada à cota do restante pavimento, devidamente regularizado, preparado para levar o acabamento final, respeitando o sistema existente de esgotos e outras instalações especiais existentes de acordo com o desenho arq- CC-01.	m ²	110,00
6.2	Demolição de muretes na zona central, respeitando as instalações especiais existentes conforme desenho n.º arq- CC-01.	m ²	34,00
6.3	Remoção de ladrilhos em casas de banho masculina e limpeza de suporte, transporte a vazadouro, Conforme desenho n.º CC-03.	m ²	25,63
6.4	Remoção de ladrilhos em casas de banho feminina e limpeza de suporte, transporte a vazadouro, Conforme desenho n.º CC-03.	m ²	25,63
6.5	Remoção de divisórias em tijolo , transporte a vazadouro, remates , trabalhos e materiais acessórios incluídos, entre sanitários (casas de banho masculina e feminina), conforme desenho n.º CC-03.	m ²	5,40
6.6	Abertura de pavimento nos troços a intervencionar nos esgotos, conforme desenho n.º CC-04.	m ³	1,70

7. BETONILHAS E PAVIMENTOS

	Descrição	Un.	Total
7	Betonilha		
7.1	Betonilha de enchimento e regularização, armada, espessura ao pavimento existente, argamassa de cimento CEM II/B-L 32,5 N tipo M-10, com aplicação de mestras e afagada	m ²	110,00
7.2	Reposição do pavimento nas zonas intervencionadas, igual ao existente e na mesma cor textura e propriedades	m ²	210,00
7.3	Reparação de pavimento fissurado nas entradas em pérgula, incluindo reparação de fissuras, reposição de pavimento e isolamento.	m ²	3,70

8. REVESTIMENTOS E PINTURAS

	Descrição	Un.	Total
8	Revestimentos		
8.1	Fornecimento e aplicação de painéis de azulejos em casa de banho masculino, P.E. Storm White SAT. 59,5*120 cm retangular 1 A Artens Storm, incluindo regularização da superfície, betonagem de juntas com argamassa para juntas, pingadeiras, aplicação de hidrorrepelente, cortes, remates e todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com as peças desenhadas e escritas.	m ²	28,00
8.2	Fornecimento e aplicação de painéis de azulejos em casa de banho feminina, P.E. Storm White SAT. 59,5*120 cm retangular 1 A Artens Storm, incluindo regularização da superfície, betonagem de juntas com argamassa para juntas, pingadeiras, aplicação de hidrorrepelente, cortes, remates e todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com	m ²	28,00

as peças desenhadas e escritas.

8.3	Fornecimento e montagem de Cabines Fenólicas/Golfinho 13 mm em casas de banho tipo <i>Projectforme</i> , fabricadas em compacto de fibra fenólica com 13 mm de espessura. Fecho e puxador em aço inox com indicador livre/ocupado. Dobradiças e pés de aço inox 15 cm, reguláveis em altura. Cabide de aço inox com batente em todas as portas. Fixação dos painéis com esquadros de aço inox. Barra superior de alumínio anodizado. Portas de 60 a 80 cm(cabine de deficientes). Altura total 200cm(inclui 15 cm dos pés).		
8.3.1	I.S Masculina		
8.3.1.1	Lateral Golfinho 200*130 cm Alumínio	un	1,00
8.3.1.2	Divisória de urinol	un	1,00
8.3.1.3	Frente Golfinho 200*100 cm	un	2,00
8.3.2	I.S. Feminina		
8.3.2.1	Frente Golfinho 200*90 cm	un	3,00
8.3.2.2	Lateral Golfinho 200*130 cm Alumínio	un	2,00
8.3.3	I.S. Mobilidade Condicionada		
8.3.3.1	Frente Golfinho 200*90 cm	un	1,00
8.3.3.2	Frente Golfinho 200*100 cm	un	1,00
8.3.3	Transporte e montagem	un	1,00
8.4	Pintura de painel decorativo, grafismo, elaborado por artista, de acordo com fotografias e peça desenhada n.º Arq-09.	m²	49,43
8.5	Fornecimento e execução de pinturas de tetos interiores , com uma demão de primário tipo DYRUPRIMER, ref.ª 5415 e em número de demãos necessário a um bom acabamento a tinta tipo DYRUSTAR, ref.ª 5555, branco mate em todos os tetos interiores com acabamento em placas de gesso cartonado.	m²	183,00
8.6	Fornecimento e execução de pintura de tetos das instalações sanitárias, com uma demão de primário SELÁQUA, ref.ª 5080 e em número de demãos necessário a um bom acabamento a tinta tipo 003 Dyrup, plástica, cor branco	m²	20,00
8.7	Fornecimento e execução de pintura de paredes das instalações sanitárias, com uma demão de primário SELÁQUA, ref.ª 5080 e em número de demãos necessário a um bom acabamento a tinta tipo 003 Dyrup, plástica, cor branco	m²	43,00
8.8	Fornecimento e execução de pinturas de paredes interiores rebocadas , com uma demão de primário tipo DYRUPRIMER, ref.ª 5415 e em número de demãos necessário a um bom acabamento a tinta tipo DYRUSTAR, ref.ª 5555, branco mate em todos os tetos interiores com acabamento em placas de gesso cartonado.	m²	165,00
8.9	Fornecimento e execução de parede de pladur junto à entrada para tapar cabos, pintura, com uma demão de primário tipo DYRUPRIMER, ref.ª 5415 e em número de demãos necessário a um bom acabamento a tinta tipo DYRUSTAR, ref.ª 5555, branco mate em paredes interiores com acabamento em placas de gesso cartonado, incluindo todos os remates, materiais e trabalhos acessórios.	m²	4,00

9. EQUIPAMENTO SANITÁRIO

	Descrição	Un.	Total
9	Instalações Sanitárias		
9.1	I.S. Masculina		
9.1.1	Fornecimento e Instalação de espelho de parede , incluindo todos os trabalhos, acessórios e fixações necessárias para uma boa utilização conforme desenho n.º arq.-10	m²	0,96

9.1.2	Fornecimento e montagem de bancada de lavatório em granito Pedras Salgadas polido, de 150 cm de comprimento, 55 cm de largura e 3 cm de espessura, bordo simples reto, com os bordos ligeiramente biselados, formação com 4 aberturas com os seus bordos polidos e remate superior perimetral de 5 cm de altura e 3 cm de espessura, com o bordo reto, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários à sua aplicação	un	2,00
9.1.3	Fornecimento e montagem de torneira misturadora com temporizador , incluindo todos os materiais e trabalhos necessários ao seu funcionamento, Sanitana, tipo Ecostop temporizada, ref: 550004601250703	un	2,00
9.1.4	Fornecimento e montagem de lavatório de pousar, Sanitana, Albus 45, versão 450*450, ref.ª: 5100850800 com furo para torneira, com adaptador para furo de nível cromado Ref.ª: 176Z2915, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários para a sua montagem e bom funcionamento	un	2,00
9.1.5	Fornecimento e montagem, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários de válvula de descarga 1 1/4", espelho redondo e acabamento cromado, ref.ª: TN50008916299900 marca Sanitana	un	2,00
9.1.6	Fornecimento e montagem, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários de sifão de descarga, redondo, acabamento cromado, ref.ª: TN 50008231999900, marca Sanitana	un	2,00
9.1.7	KIT suporte suspenso para bancada , tipo Frabinsa ref.ª: F311 em aço inoxidável, acabamento cromo, retangular, altura de 22 cm, profundidade de 44 cm, largura tubular de suporte de 3 cm, tipo de instalação suspenso e fixada a parede, incluindo todos os materiais, trabalhos e acessórios para uma boa utilização	un	2,00
9.1.8	Fornecimento e montagem de porta completa metálica esquerda, lacada a branco com 70*200, todos os materiais e trabalhos acessórios para uma boa utilização	un	1,00
9.2	I.S. Feminina		
9.2.1	Fornecimento e Instalação de espelho de parede , incluindo todos os trabalhos, acessórios e fixações necessárias para uma boa utilização conforme desenho n.º arq.-10.	m²	0,96
9.2.2	Fornecimento e montagem de bancada de lavatório em granito Pedras Salgadas polido, de 150 cm de comprimento, 55 cm de largura e 3 cm de espessura, bordo simples reto, com os bordos ligeiramente biselados, formação com 4 aberturas com os seus bordos polidos e remate superior perimetral de 5 cm de altura e 3 cm de espessura, com o bordo reto, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários à sua aplicação.	un	2,00
9.2.3	Fornecimento e montagem de torneira misturadora com temporizador , incluindo todos os materiais e trabalhos necessários ao seu funcionamento, Sanitana, tipo Ecostop temporizada, ref.ª: 550004601250703.	un	2,00
9.2.4	Fornecimento e montagem de lavatório de pousar, Sanitana, Albus 45, versão 450*450, ref.ª: 5100850800 com furo para torneira, com adaptador para furo de nível cromado Ref.ª: 176Z2915, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários para a sua montagem e bom funcionamento.	un	2,00
9.2.5	Fornecimento e montagem, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários de válvula de descarga 1 1/4", espelho redondo e acabamento cromado, ref: TN50008916299900 marca Sanitana.	un	2,00
9.2.6	Fornecimento e montagem, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários de sifão de descarga, redondo, acabamento cromado, ref.ª: TN 50008231999900, marca Sanitana.	un	
9.2.7	KIT suporte suspenso para bancada , tipo Frabinsa ref.ª: F311 em aço inoxidável, acabamento cromo, retangular, altura de 22 cm, profundidade de 44 cm, largura tubular de suporte de 3 cm, tipo de instalação suspenso e fixada a parede, incluindo todos os materiais, trabalhos e acessórios para uma boa utilização.	un	2,00
9.2.8	Fornecimento e montagem de porta completa metálica direita, lacada a branco com 70*200, todos os materiais e trabalhos acessórios para uma boa utilização.	un	1,00

10. REDE DE ESGOTOS

	Descrição	Un.	Total
10.1	Substituição ou reparação do troço 2 de esgotos de acordo com o desenho n.º CC-04, em PVC - U de parede compacta, serie (EN 1329) nos diâmetros existentes, incluindo todos os trabalhos necessários, nomeadamente abertura e fecho de pavimento, regularização do mesmo e todos os trabalhos e materiais acessórios incluídos	ml	6,70
10.2	Limpeza da restante rede de esgotos e tamponamento para a zona do restaurante, incluindo revisão de caixas de esgotos, tampas, trabalhos e materiais acessórios.	vg	1,00
10.3	Substituição ou reparação da rede esgotos na zona técnica (Zona 3/4), de acordo com o desenho n.ºCC -04, no mesmo dimensionamento em PVC, incluindo abertura e fecho de pavimentos, regularização e todos os trabalhos e materiais acessórios incluídos.	vg	1,00
10.4	Fornecimento e montagem de grelhas reforçadas, PVC brancas, tipo Dn 130, iguais às existentes, incluindo todos os materiais, trabalhos necessários	ml	8,00

CARPINTARIAS/PLADURES

11. TETOS

	Descrição	Un.	Total
11.1	Fornecimento e montagem de pérgulas em madeira, iguais às existentes de acordo com o desenho n.CC-02, incluindo todos os trabalhos e acessórios, materiais necessários à sua correta montagem.	m²	13,00
11.2	Fornecimento e assentamento de teto falso, constituído por placas de gesso cartonado hidrófugo Tipo "Pladur"8 15 mm), sobre perfilaria de suspensão/fixação de aço galvanizado, sanca de perímetro em perfil escalonado reentrante, tratamento de juntas, barramento geral e todos os trabalhos preparatórios, acessórios e complementares para posterior pintura de acordo com o desenho n.º cc-02, PD 3.10	m²	183,00

12. OUTROS TRABALHOS

	Descrição	Un.	Total
12.1	Fornecimento e montagem de porta vidro esquerda(3,00 *80) cm, temperado 10 mm, incluindo arestas, acessórios, puxadores, fechadura e montagem tudo igual às portas existentes	un	1,00
12.2	Construção de bancadas em alvenaria (3,20*1,10)m, rebocada e pintada com uma demão de primário SELÁQUA, ref.ª 5080 e em número de demãos necessário a um bom acabamento a tinta tipo 003 Dyrup, plástica, cor branco, com prateleiras interiores em inox, com suporte em inox de acordo com o desenho n.º arq.-09	un	2,00

INFRA-ESTRUTURAS DE ELETRICIDADE

13. REDE DE CAIXAS E ESTEIRAS

	Descrição	Un.	Total
13.1.1	Fornecimento e montagem de armário em poliéster para alojamento de quadro elétrico, completamente equipado,	Cj	1,00
13.1.2	Fornecimento e montagem de armário em poliéster para alojamento de interruptores, completamente equipado,	Cj	1,00
13.1.3	Esteira metálica aramada com 150x60mm, e respetivos acessórios da Pensa ou equivalente	un	33,00
13.1.4	Caixa de derivação estanques 80x80mm com ligadores - da JSL ou equivalente	un	3,00

13. REDE DE TUBOS

	Descrição	Un.	Total
13.2.1	Tubo PEAD Ø 40mm com guia	ml	30,00

13. REDE DE CABOS

	Descrição	Un.	Total
13.3.1	Cabo XZ1 (zh) R5G16	ml	5,00
13.3.2	Cabo XZ1 (zh) U3G2,5	ml	230,00
13.3.3	Cabo XZ1 (zh) U3G1,5	ml	85,00
13.3.4	Cabo XV-U5G2,5	ml	70,00
13.3.5	Cabo XV-U3G2,5	ml	400,00
13.3.6	Cabo XV-U3G4	ml	60,00

14. EQUIPAMENTOS

	Descrição	Un.	Total
14.1	Quadro Parcial 1 completamente equipado conforme peça desenhada	un	1,00
14.2	Colocação de disjuntor tetra polar 63a no Q.G.	un	1,00
14.3	Caixa estanque com 2 tomada monofásica	un	1,00
14.4	Desmontagem da iluminação interior e exterior existente	un	1,00
14.5	Fornecimento e Montagem de Luminária modelo ADOQ1310C 12W	un	15,00
14.6	Fornecimento e Montagem de Luminária modelo ADOQ1510C 18W	un	6,00
14.7	Fornecimento e Montagem de Luminária modelo ASTROFDLV5 100W e acessórios de suporte	un	28,00
14.8	Fornecimento e Montagem de Luminária modelo MHLXV230F AA3 32,7W e suporte tubular diam.5cm l=65cm com placa 15x15cm	un	4,00
14.9	Fornecimento e Montagem de Luminária modelo MHLXV230-A30 28,5W e suporte tubular diam.5cm l=65cm com placa 15x15cm	un	13,00
14.10	Fornecimento e Montagem de Luminária modelo MHLF10F 10,2W e suporte tubular diam.5cm l=65cm com placa 15x15cm	un	22,00
14.11	Fornecimento e Montagem de Luminária modelo ZTCWL6593 11,5lm/W e respetivos acessórios (2 drives 200W 24V, 3 drives 60W 24V, 25 perfis de alumínio) IP67	un	1,00
14.12	Fornecimento e Montagem de Luminária modelo ZOA2043GC 13,3W	un	2,00
14.13	Fornecimento e Montagem de Luminária modelo ZOA2364GC 21W	un	7,00
14.14	Fornecimento e Montagem de Luminária modelo LEDPANEL28F 28W	un	34,00
14.15	Fornecimento e Montagem de Luminária/Bloco autónomo modelo UraOne P 100lm e respetivos pictogramas	un	7,00

15. APOIO DE CONTRUÇÃO CIVIL

	Descrição	Un.	Total
15.1	Fixação de caixas de aparelhagem para montagem embebida, abertura e tapamento de roços, incluindo furação de paredes ou laje para passagem de tubos	Cj	1,00
15.2	Abertura, tapamento de vala e reposição de pavimento	m	20,00